

DO GRAFISMO À RAZÃO GRÁFICA: CULTURA ESCRITA E CARTOGRAFIA INDÍGENAS NAS REDUÇÕES GUARANIS (SÉCULO XVIII)

DE LOS GRÁFICOS A LA RAZÓN GRÁFICA: CULTURA ESCRITA Y CARTOGRAFÍA INDÍGENA EN LAS REDUCCIONES GUARANÍES (SIGLOS XVIII)

Artur Henrique Franco Barcelos¹

Eduardo Santos Neumann²

RESUMO

Entre 1610 e 1767 jesuítas viveram entre os Guaraní no Paraguai colonial em povoados chamados *Reducciones* (Reduções). A proposta jesuítica era, através da evangelização, provocar uma transformação no modo de vida e nas pautas culturais dos Guaraní. Em uma espécie de pacto, parte dos Guaraní aceitou a vida nestes povoados. Mas o fez sem necessariamente abrir mão de todo seu modo de ser tradicional. Assim, conhecimentos indígenas e conhecimentos europeus conviveram, o que provocou intercâmbios. O grafismo, milenarmente expressado pelos Guaraní em sua cultura material, encontrou na escrita e na cartografia trazidas pelos jesuítas um meio de comunicação que foi apropriado e utilizado. Os Guaraní não apenas forneceram informações culturais e geográficas para que os jesuítas redigissem seus diários, crônicas, informes e elaborassem seus mapas. A documentação que chegou até a atualidade permite ver uma agência indígena clara ao adotar a Razão Gráfica e produzir textos e mapas em colaboração com os jesuítas ou de forma autônoma. A partir de alguns exemplos e de uma necessária contextualização, este artigo pretende demonstrar o papel da cultura escrita e da cartografia indígenas nas Reduções Guaranis no século XVIII.

1 Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005), mestre em História, com concentração em Arqueologia, pela mesma instituição (1997), bacharel (2000) e licenciado (1995) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), atuando no Curso de Arqueologia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO-FURG). Desenvolve pesquisas nas áreas de História da América, História da Região Platina, Arqueologia Histórica e Patrimônio Histórico e Arqueológico, com ênfase em evangelização na América Colonial, Missões Jesuíticas, Geohistória, Cartografia Histórica, espaço, patrimônio, arqueologia histórica e cultura material.

2 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), com pós-doutorado pela Universidade de Alcalá de Henares, Espanha (2015), e *Fellow* (Short Term) da John Carter Brown Library, Estados Unidos (2022). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) e licenciado em História pela mesma instituição (1989). É Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desenvolve pesquisas em História da América de colonização espanhola, História social da cultura escrita, Reduções Guaranis e Rio da Prata colonial. Publicou livros, capítulos de livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Reduções Guaranis. Escrita indígena. Cartografia indígena.

RESUMEN

Entre 1610 y 1767, los jesuitas vivieron entre los guaraníes en el Paraguay colonial, en poblados llamados Reducciones. La propuesta jesuítica consistía, a través de la evangelización, en provocar una transformación en el modo de vida y en las pautas culturales de los guaraníes. En una especie de pacto, parte de los guaraníes aceptó la vida en estos poblados, aunque sin necesariamente renunciar por completo a su modo de ser tradicional. De este modo, conocimientos indígenas y conocimientos europeos convivieron, lo que dio lugar a intercambios. El grafismo, expresado milenariamente por los guaraníes en su cultura material, encontró en la escritura y en la cartografía introducidas por los jesuitas un medio de comunicación que fue apropiado y utilizado. Los guaraníes no solo proporcionaron informaciones culturales y geográficas para que los jesuitas redactaran sus diarios, crónicas e informes y elaboraran sus mapas. La documentación que ha llegado hasta la actualidad permite observar una clara agencia indígena al adoptar la Razón Gráfica y producir textos y mapas en colaboración con los jesuitas o de forma autónoma. A partir de algunos ejemplos y de una necesaria contextualización, este artículo pretende demostrar el papel de la cultura escrita y de la cartografía indígenas en las Reducciones Guaraníes en el siglo XVIII.

Palabras clave: Reducciones Guaraníes. escritura indígena. Cartografía indígena.

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas as pesquisas históricas dedicadas às reduções guaranis localizadas na Província Jesuítica do Paraguai (1610-1767) têm apresentado avanços importantes, em comparação com as interpretações convencionais outrora difundidas sobre esta experiência social. A valorização da participação indígena na gestão dessas comunidades tem permitido uma melhor compreensão do funcionamento dessa organização social. Durante a vida em redução os indígenas se apropriaram da razão gráfica, fazendo usos inventivos dessa tecnologia, especialmente através do manuseio da escrita e da cartografia. O reconhecimento destas capacidades tem permitido evidenciar o papel ativo desempenhado pelos Guaranis no gerenciamento e reconhecimento do território missioneiro.

Os vestígios da escrita e das demais manifestações gráficas indígenas, localizados em diferentes arquivos, sinalizam que há muito por ser pesquisado no que diz respeito às transformações ocasionadas pela introdução do alfabeto³. Desde os primórdios da instalação dessas reduções os

3 O antropólogo inglês Jack Goody, considera que a escrita é a tecnologia responsável pelo desenvolvimento do intelecto, uma experiência individual, que transforma os processos cognitivos resultando na “domesticação do pensamento selvagem”. GOODY, J. A domesticação do pensamento selvagem. Lisboa: Editorial Presença, 1988; - *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.

Guarani instruídos pelos jesuítas aprenderam rapidamente a manusear a tinta e o papel, tomando como modelo a retórica cristã, mas também fazendo usos autônomos, expressando uma apropriação nativa dos códigos culturais do ocidente (Neumann, 2005; Neumann, 2015).

Tanto os documentos como a cartografia elaborada pelos guaranis são uma expressão genuína de uma visão de mundo local frente a sociedade envolvente. Tais manifestações gráficas demonstram a habilidade de representar a dimensão do território que eles construíram ao longo de mais de um século de vida em redução. O *corpus* documental compilado, que abrange diversas modalidades de papéis e mapas, tem indicado que a organização de arquivos locais implementada no período jesuítico se manteve operante após a expulsão dos inacianos.

Embora outras populações originárias também tenham tido acesso aos instrumentos escriturários, nem todos atingiram este nível de refinamento na produção documental. Os testemunhos gráficos dos Guaranis sinalizam a prática de um sistema de registro que abrange distintas inventividades. Para nosso propósito, consideramos que a escrita e a cartografia são tecnologias que conjugam habilidades complementares. Ademais, os mapas reconhecidos como fruto da engenhosidade de um indígena são uma síntese de um aprendizado que perpassou várias gerações de indígenas que residiram nessas reduções, através de uma técnica que provavelmente foi aprimorada a partir da segunda metade do século XVIII (Barcelos, 2011).

Entre os mapas remanescentes ou seus fragmentos, dispersos em diferentes arquivos e bibliotecas, há indícios de que alguns guaranis já sabiam elaborar croquis, ou desenhar esboços dos domínios territoriais da sua redução. Esta cartografia é a expressão de uma concepção nativa de sua espacialidade. A importância dos mapas entre os indígenas foi acentuada a partir da presença dos funcionários responsáveis encarregados da demarcação dos novos limites. Época em que iniciava a permuta de territórios, negociação que comprometeria diretamente uma fração considerável das terras missioneiras.

Desde meados do século XX os historiadores dedicados à América hispânica têm valorizado os textos escritos pelos indígenas, fato que levou uma geração de pesquisadores a repensar a experiência do contato cultural e evidenciar o seu protagonismo na organização da sociedade colonial. A instrução ministrada aos guaranis a partir do ensino das *artes y oficios*, facilitou a eles a conquista do alfabeto. Através da “reescrita cristã” ou de tradução os indígenas foram iniciados na reinvenção de seu idioma, estimulando o exercício de recriação linguística e estilística (Meliá, 1992; Villarga-Batoux, 2002). Nesse texto pretendemos examinar as maneiras pelas quais os

guaranis apropriaram-se da escrita, os usos inventivos destinados por eles a tecnologia gráfica introduzida pelos missionários⁴.

Nas reduções do Paraguai os jesuítas procuraram concentrar suas atenções na formação de uma elite, como fica evidente nas tentativas de cooptação dos caciques e de seus descendentes diretos. Portanto, a alfabetização praticada nas reduções, mesmo restrita a uma elite, promovia sociabilidades inéditas, permitindo a certos segmentos da população missioneira novos modos de relação com os outros e os poderes. Os guaranis que receberam instrução letrada apresentavam as melhores condições para fixar os acontecimentos através da escrita, expressando um pensamento que já não era mais exclusivamente indígena, mas fruto dessa ocidentalização⁵. Aqueles que possuíam à sua disposição documentos, cartas e papéis escritos estavam em melhores condições de estabelecer uma avaliação dos acontecimentos passados a partir da consulta às informações escritas guardados nos *cabildos* missioneiros - modalidade de “conselho municipal” - adotado na administração das reduções.

A razão gráfica foi uma realidade presente no cotidiano das reduções, determinando que a capacidade alfabética desfrutava de prestígio e conferisse distinção aos indígenas letrados. Nesse contexto, tal aptidão foi verificada com maior recorrência entre aqueles que desempenhavam cargos ou funções junto aos *cabildos* missioneiros⁶. Entre os seus integrantes, todos conhecidos como *cabildoiguara* (*cabildantes*), há inúmeras manifestações de familiaridade no manejo da pluma. Os testemunhos gráficos indicam que, em algumas oportunidades, escrever mobilizou uma parcela da elite indígena. Diante do convívio frequente com diferentes níveis das práticas de escrita os indígenas letrados, em determinadas ocasiões, utilizaram de sua capacidade gráfica de maneiras muitas vezes inesperadas, escrevendo documentos ou elaborando mapas.

4 Para uma abordagem das “criações cotidianas”, das engenhosidades dos fracos, ver: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

5 Gruzinski demonstra que no México as populações nativas reproduziram o imaginário ocidental conferindo uma nova dimensão aos “produtos” do ocidente a partir das adaptações e da inventividade indígena. GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das letras, 2001, pp. 93-110.

6 Para uma descrição dos *cabildos* e cargos dos indígenas, ver. HERNANDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gili, 1913, 2v.

1 CONQUISTA DO ALFABETO À “REAÇÃO ESCRITURÁRIA” INDIGENA

Com a divulgação dos termos ajustados no Tratado de Madri (1750) que estabelecia a permuta de sete reduções localizadas na margem oriental do rio Uruguai, pertencentes a Espanha, em troca da Colônia do Sacramento - possessão Portuguesa no rio da Prata -, houve uma profusão de documentos escritos com a “letra dos índios”. Nessa época os indígenas alfabetizados redigiram vários textos, esgrimindo argumentos contrários à execução dos trabalhos de demarcação dos novos limites.

Os testemunhos dessa “reação escriturária” são tanto os papéis apreendidos pelas comissões demarcadoras como os demais textos que hoje repousam em alguns arquivos sul-americanos ou europeus⁷. A novidade dizia respeito à *escripofilia* indígena - o apego manifesto pelos guaranis à escrita, - resultado de uma expressão gráfica autônoma, sem o controle outrora exercido pelos padres. A ruptura da aliança com os jesuítas, marcou a emancipação da escrita indígena quando esta passou a servir aos interesses do autogoverno dos guaranis.

Em julho de 1753 os integrantes de sete *cabildos* missioneiros escreveram cartas no seu idioma. Estas são consideradas a expressão maior, mas não única, da articulação política desses indígenas e da noção histórica do momento que viviam⁸. Há uma certa insistência, por parte de alguns pesquisadores, na análise da excepcionalidade do momento e dessas cartas, porém elas devem ser analisadas como parte de um *corpus*, um conjunto de documentos mais amplo, ou seja, como uma das provas da capacidade escriturária dos Guaranis nas reduções. Eles escreveram com assiduidade durante o período de conflito, deflagrando uma rebelião conhecida na historiografia como Guerra Guaranítica (1754-1756)⁹.

7 Para uma consulta ao conjunto desses documentos, ver: Arquivo Histórico Nacional (Madrid); A.H.N, Clero-Jesuítas. Legajo 120j, Expediente 7. “Relación de lo que la Compañía de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay en cumplimiento de las ordenes de Su magestad”; Igualmente no Archivo General Simanas (Valladolid) há valiosas amostras da competência letrada guarani em meio às cartas enviadas pelos jesuítas as autoridades hispânicas; A.G.S. Secretaria de Estado, Legajo 7426, folio 60.

8 As sete cartas podem ser consultadas no Arquivo Histórico de Madri, tanto os originais em guarani como as traduções em espanhol realizadas à época. A.H.N (Madrid), Clero- Jesuítas, Legajo 120, documentos: 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38; uma versão impressa, ver: MATEOS, Francisco. «Cartas de Indios Cristianos del Paraguay». *Missionalia Hispanica* 6, 16, (1949): 459-504.

9 Para uma aproximação com a temática, ver: GOLIM, Tau. *A Guerra Guaranítica*: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750/1761). Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: Edufrgs, 1998; SANTOS, Julio Ricardo Quevedo. *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*. Bauru: Edusc, 2000; QUARLERI, Lia. “La rebelión anunciada de las Misiones Guaraníes del antiguo Paraguay”, *Suplemento Antropológico*,

Nesse contexto, a escrita assumiu novos usos frente à emancipação da tutela jesuítica, momento em que deixou de estar associada a períodos excepcionais da história das reduções. A documentação consultada igualmente sinaliza uma discussão pouco referida pela historiografia, ou seja, a existência da defesa por escrito do ponto de vista dos indígenas. Em suma: os textos escritos pelos guaranis das reduções, e mesmo suas traduções, atualmente, despertam interesse a partir dos aportes da história social da cultura escrita¹⁰.

As interpretações históricas orientadas por esta perspectiva teórico-metodológica, com eminente vocação interdisciplinar, têm privilegiado a análise dos usos, funções e práticas relacionadas com o escrito. Os procedimentos metodológicos em questão têm fornecido algumas pistas e subsídios importantes para investigar os materiais escritos e desvendar os significados subjacentes à expressão gráfica. A escrita é concebida como um conjunto de práticas que podem contribuir para uma melhor compreensão das mudanças e transformações socioculturais em um determinado momento.

Diante da inserção da elite missioneira em algumas rotinas administrativas do mundo colonial houve uma ampliação de suas possibilidades de contato e interação com a sociedade rio-platense. O conjunto de habilidades requeridas no provimento dos *cabildos* facultava a uma parte da população missioneira, letrada ou não, contato com as práticas burocráticas da monarquia espanhola. Contudo, não podemos pressupor que esta competência alfabética determinasse um distanciamento em relação aos demais indígenas reduzidos, mas criava uma mediação diferenciada com as hierarquias da sociedade e as suas possíveis interações.

A burocracia colonial acionada pela monarquia espanhola durante esse período de conflito operou como uma máquina produtora de papéis. Em tal contexto, e como parte integrante do Império espanhol, a população missioneira manifestou durante esses episódios uma grande habilidade nas *ars escribiendi*. As lideranças indígenas estavam cientes de que as informações importantes, provenientes da administração colonial, chegavam às reduções pela via epistolar e, por valorar positivamente os poderes do escrito, adotou a mesma estratégia. Embora possa surpreender, no século XVIII,

Asunción, Vol, XL, n.2, 2005, pp.41-73.

¹⁰ Para uma aproximação aos trabalhos dedicados à História social da Cultura escrita, ver: Castillo Gómez (org.). *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Gedisa, 1999; Fernando Bouza Álvarez. *Corre manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001; Antonio Castillo Gómez. *Entre la pluma y la pared*. Una historia social de la escritura en los siglos de oro. Madrid: Akal, 2006; ----. *Grafías no cotidiano*. Escrita e sociedade na História (séculos XVI a XX). Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 2020.

a elite letrada missioneira, escreveu com frequência e, por vezes, com maior desenvoltura do que os próprios colonizadores hispano-americanos. A familiaridade manifesta por alguns guaranis com as diferentes formas textuais foi um fator que estimulou novos usos para a competência gráfica, ampliando as possibilidades de uma relação pessoal e mais direta com os textos e eliminando a atuação dos intermediários.

Diante da tensa conjuntura política na região, a comunicação *in scriptis* mantinha as principais lideranças informadas a respeito dos acontecimentos recentes, mas também cumpria a função de veicular uma versão indígena diante dos rumores que circulavam na região implicada no Tratado de Madri. A elite letrada indígena utilizou a escrita tanto para transmitir informações, como estabelecer negociações, além de procurar fazer de suas experiências um exemplo para os demais. Tais episódios sinalizam que eles jogaram um papel decisivo, sendo possível observar tanto a sua capacidade de agir como sua percepção dos acontecimentos, atitudes expressas através de um pensamento em guarani, registrado em documentos que legaram para a posteridade uma versão nativa do passado da região.

2 EPISTOLOGRAFIA E MOBILIZAÇÃO INDÍGENA NAS REDUÇÕES

Nas reduções a epistolografia desempenhou a função de contatar a administração colonial, sendo instrumento diplomático de reivindicação e protesto, voltada prioritariamente às relações externas, como meio de comunicação. Nesse aspecto, as correspondências indígenas foram dirigidas em três direções: as autoridades hispânicas, no caso os comissários demarcadores e o governador de Buenos Aires; como instrumento de comunicação entre guaranis e jesuítas; e como veículo de contato pessoal entre indígenas.

As cartas figuram como a modalidade textual mais acionada pelos indígenas letrados para tornarem públicas suas demandas. Os bilhetes são uma variante dessa modalidade de comunicação escrita. Estas mensagens estavam direcionadas para uma comunicação entre os próprios indígenas, redigidos em língua guarani, e de circulação mais reservada. Nas reduções, a progressiva ampliação do número de sujeitos capazes de registrarem por escrito suas opiniões também era o resultado da sobreposição de gerações de guaranis alfabetizados. Tal fato favoreceu a uma modificação nas relações entre os indivíduos e o mundo letrado, cujos reflexos foram visíveis nas rotinas missioneiras. Se, por um lado, as lideranças indígenas atribuíram um valor político à escrita, como expressão de seu autogoverno, por outro a crise deflagrada permitiu registrar a diversificação da produção textual nas reduções.

Frente às experiências de contato intercultural geradas pelos trabalhos de demarcação, a elite missioneira procurou verter para o papel os acontecimentos protagonizados ou que vivenciaram como testemunhas. Todos os vestígios remanescentes sinalizam que a disposição em escrever foi surpreendente, tanto pelo aspecto quantitativo como pelo qualitativo desses textos. A intensificação das negociações conferia a cada encontro novas expectativas, momentos avaliados como dignos de audiências mais amplas e mesmo distantes.

Entre os guaranis letrados de uma redução, os secretários, em decorrência do seu ofício, estavam sujeitos a um convívio mais próximo com os instrumentos de escrita. Porém, a documentação indica que, após o período de conflito, uma parcela dos indígenas dos *cabildos* missioneiros passaram a responder por escrito às ordens ou às consultas recebidas do governador de Buenos Aires. Esse fato é novo nas rotinas missionárias e, possivelmente, contribuiu para estreitar as relações entre às autoridades coloniais e a elite indígena. Os motivos que presidiram a decisão dos guaranis em responderem diretamente às ordens recebidas, sem qualquer mediação, sugerem que uma mudança de relacionamento já estava em curso, consolidando a emancipação política indígena, ou melhor, a impossibilidade de os jesuítas voltarem a exercer os mesmos mecanismos de controle vigentes por mais de um século.

A documentação periciada indica como a cultura escrita é reveladora dos valores e condutas de uma época, atuando como um dos vetores de mudança sociocultural, indicando a capacidade de ação indígena nas reduções. Os usos estratégicos destinados à escrita visavam manter certo grau de unidade nas ações dos Guaranis e sustentar o seu autogoverno. Os diversos documentos apreendidos – que sabemos ser apenas uma fração do conjunto de papéis indígenas – demonstram as tentativas de organização e negociação por parte dos Guaranis e evidenciam que suas reivindicações estavam amparadas, em provas escritas, em registros que atestam os serviços prestados ao rei, na condição de cristãos e vassalos de Espanha.

Diante dessas reações escriturárias as autoridades coloniais consideravam estas manifestações letradas como um sinal de soberba e de insubordinação. Mas elas eram, na prática, uma expressão da autonomia, do autogoverno guarani sustentada na comunicação escrita entre os rebelados. O uso da escrita demonstra confiança no êxito de seus pleitos, exatamente por atuarem em concordância com a lógica do colonizador, ou seja, por conferirem às negociações *in scriptis* a mesma importância conferida pelas monarquias de Antigo Regime. O uso da escrita configurava um modo de atuar frente aos novos desafios e possibilita uma nova lógica nas maneiras

de administrar os conflitos e estabelecer alianças. Ademais, a capacidade alfabética forneceu a eles uma ferramenta para organizarem suas experiências a partir de episódios documentados e, assim, agir frente aos novos desafios, atuando como agente político no mundo hispano-americano.

A documentação igualmente indica que a escrita cobrou maior importância no momento da crise gerada pela execução do Tratado de Madri, utilizada como forma de comunicação entre os indígenas para coordenar ações e externar seu desagrado às autoridades coloniais. Trata-se de uma escrita política que expressa um pensamento político em Guaraní (Boidin e Neumann, 2017). Há nesses documentos outra característica inerente à escrita, a de salvaguardar informações básicas através do registro gráfico. Desta forma, a escrita atua como um arquivo da memória, influenciando tanto as lembranças quanto produzindo esquecimentos, apresentando uma nova possibilidade de recompor, de narrar os acontecimentos. Se, por um lado as narrativas orais da tradição Guaraní registravam eventos míticos, sobre os quais não havia como definir época e lugares de ocorrência, por outro a escrita inseriu os últimos acontecimentos em cronologias datáveis e os localizam no espaço. Todos estes elementos elencados acima como vinculados ao impacto da adoção da escrita pelos Guaraní se aplicam também a adoção da cartografia.

3 DA CARTOGRAFIA JESUÍTICA AOS MAPAS INDÍGENAS

De igual modo que os documentos escritos, que possuem uma grande diversidade de formas e funções, os mapas jesuíticos também apresentam uma variada gama de estilos, temas, processos de produção e finalidades. Em que pese a miscelânea, é possível ver estes mapas em conjunto, como um corpus documental que possui uma unidade. A unidade da narrativa visual do mundo que os jesuítas acreditavam estar descortinando para os seus contemporâneos. E da narrativa visual da história que a própria Companhia de Jesus criava sobre si, projetando sua imagem para os demais. Para perceber o papel que as imagens jogam na construção desta narrativa podemos nos ater ao fato de que os mapas jesuíticos cobriam amplas áreas, em quatro continentes, ao mesmo tempo que detalhavam um ponto específico em alguma ilha do Pacífico (Padron, 2015) ou nas margens do rio Uruguai, na América do Sul. Em ambos, as pretensões mundiais da Companhia se expressam. Seu caráter universal e universalizante. E o recurso à imagem, ao mapa, ao mundo explorado, reconhecido, medido e decifrado pelos inicianos, ao menos de seu ponto de vista.

Em uma visão diacrônica, mapas realizados pelos jesuítas podem ser encontrados desde o século XVI ao final do século XVIII. Sabemos que

em todas às áreas de atuação da Companhia de Jesus na América colonial sempre houve um membro da ordem capaz de elaborar mapas. Esta dimensão espacial, abarcando quase todo o continente americano, sinaliza que por mais de dois séculos a produção de mapas reforça a diferença de ação sobre o espaço entre a Companhia de Jesus e as demais ordens católicas no período colonial. Talvez o elemento diferencial esteja na própria forma de atuação dos jesuítas, onde os registros sobre o espaço americano se constituíram como parte fundamental da ação evangelizadora. Os mapas, planos, croquis, entre outros, se tornaram ferramentas para expressar, aprender e comunicar as percepções e alterações do espaço vivido, atuando como instrumentos de ação sobre o mesmo.

Os empreendimentos cartográficos executados pelos jesuítas refletem a representação visual de um duplo movimento. Por um lado, a organização interna das áreas onde os estabelecimentos coloniais – incluídos aqueles gerados pela ação missionária – alcançavam certa estabilidade, com a cartografia a serviço do registro da localização dos elementos naturais e, sobretudo, artificiais, que reafirmavam sua organização. Por outro lado, a ampliação do raio de ação, com a penetração em áreas ainda não integradas a colonização, onde a cartografia agregava informações novas, resultantes das expedições exploratórias ou informações de terceiros, majoritariamente de indígenas, permitindo assim, a correção dos equívocos e o planejamento de ações futuras. Tanto em um caso como em outro, o gradual aumento da produção cartográfica ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII demonstra a importância que este saber foi adquirindo para a Companhia de Jesus.

Em um primeiro momento, os mapas jesuíticos expressam o desejo de comunicar as ações realizadas, seja no plano da organização do espaço, seja na exploração e “descobrimento” de novas áreas. Comunicar de forma visual, e não apenas à nível textual. Texto e mapas constituem assim, ramos do grafismo, sendo os mapas eficazes para “...expressar ideias, formas e relações contidas no lugar e no espaço tridimensional” (Amaral, 1999). Assim, a cartografia jesuítica serve de medida não apenas para a importância que a exploração, a conquista, a organização e o controle do espaço adquiriram para a Companhia de Jesus, senão também para sua divulgação. Mapas jesuíticos foram publicados na Europa ao longo de toda a presença dos inicianos na América no período colonial. Acompanhando cartas e livros, ou compondo coletâneas cartográficas, foram dados a conhecer, entre outros, os mapas de Eusebio Kino sobre o noroeste da Nueva España e da Baixa Califórnia; de Joseph Gumilla e Samuel Fritz sobre a região amazônica; de Diogo Soares sobre o Rio da Prata e o Sul do Brasil; de Bernardo Havestadt e José Garcia sobre o Chile; além dos mapas de Bernardo Nudorffer sobre as reduções de Guaranis; de Joaquín Camaño sobre o Gran Chaco; e de Martin

Dobrizhoffer, Sánchez Labrador, José Quiroga e José Cardiel para a Província Jesuítica do Paraguai e adjacências.

Conhecemos as trajetórias e os nomes de outros religiosos responsáveis pela elaboração de mapas e os aqui mencionados já configuram uma boa amostragem da dimensão territorial da cartografia produzida pelos jesuítas. Na medida em que os mapas eram publicados na Europa, mais candidatos a missionários iam tomando contato com esta cartografia. E, assim como os textos descritivos que circulavam em várias publicações, os mapas iam colaborando para as primeiras impressões sobre a geografia americana. Impressões estas que logo se modificavam quando os novatos se deparavam com as “dilatadas” terras da coroa espanhola. Houve jesuítas que chegaram na América já de posse de alguns mapas publicados na Europa, que logo trataram de contrastar com a realidade geográfica que iam reconhecendo. Antonio Sepp trouxe consigo um mapa que procurou comparar com o que via ao longo de seus trajetos pelas reduções do médio Uruguai (SEPP, 1980).

Parece inegável que esta produção de mapas se deu em grande parte na presença, e contou com a colaboração de agentes das populações locais. Diversos registros feitos pelos próprios jesuítas revelam a presença de indígenas como partícipes de expedições e deslocamentos de missionários, momentos em que, em geral, eram feitos os croquis que dariam origem aos mapas posteriores. Assim, é mais do que factível a possibilidade de que, em determinados contextos de vida em redução na América, os indígenas com os quais os jesuítas mantiveram contato mais frequente, não apenas tenham adquiridos as habilidades necessárias ao desenvolvido do saber cartográfico, mas utilizaram esse conhecimento quando a situação assim o exigisse.

4 MAPEANDO O ESPAÇO MISSIONEIRO

A tecnologia gráfica é uma chave de interpretação com potencial para compreender os complexos fenômenos que envolveram o grafismo no contexto de mais de 150 anos da existência das Reduções Guaranis. Assim, a releitura e a ampliação de fontes - escritas e cartográficas - coadunam com a tendência de prospectar as vinculações dos guaranis missioneiros com o mundo que lhes era exterior. A imagem encapsulada destas reduções como um arquipélago de *Pueblos* harmônicos e autossustentáveis ainda persiste em algumas interpretações, em que pese o fato de que a historiografia dedicada à esta temática vivenciar uma renovação. Por outro lado, dinâmicas internas da organização social missioneira permitem também observar um complexo enredo de identidades e interesses locais que permeia as relações entre as Reduções, desde as trocas econômicas, passando por afirmações de

vínculos identitários e macro familiares, e refletindo na forma como o solo, sua posse, uso e direitos gerava tensões e suscita retornos à passados reais ou pretendidos.

Esta tensão permite ainda constatar um deslocamento constante entre uma identidade missioneira, nos marcos da etnogênese do Guarani Missioneiro identificada por Wilde (2009), passando por outras vinculações de caráter territorial, como aquela projetada sobre o Tape, como propõe Ribeiro (2017); chegando à uma identidade com a Redução, uma identidade *pueblerina*, como esboçada por Maurer (2014). Os escritos e a cartografia indígena identificados na documentação produzida no período reducional e pós-expulsão dos jesuítas se configuram em uma via para avaliar essas hipóteses. E, de fato, há indícios de uma fluidez identitária, com sobreposições e alterações condicionadas por contextos específicos onde se expressam demandas, vínculos e direitos, sobretudo a sua primazia em relação à terra.

Especificamente sobre a cartografia da qual alguns poucos exemplares chegaram até os dias atuais é possível perceber essa dimensão dos direitos ao solo. Contudo, não parece se tratar de um pragmatismo para que determinados direitos de uso e posse fossem reconhecidos no ato de apresentar mapas como peça probatória. Embora este pareça o motivo imediato, dada a vinculação entre os mapas e questões territoriais de povoados específicos, há uma memória, onde o mapa atua como um artefato mnemônico. E esta dupla dimensão permite perceber a cartografia não apenas como um saber adquirido no contato colonial, mas como uma nova modalidade de registro, um novo elemento na complexa imbricação entre passado e presente, atravessada por uma alteração na concepção de tempo e por um esforço em não perder de todo o *ñande rekó* que se realizava nas terras ancestrais.

Na década de 80, Brian Harley já havia afirmado que mapas eram “representações gráficas que facilitam uma compreensão espacial de coisas, conceitos, condições, processos ou eventos no mundo humano” (Harley, 1987). Esta definição ampliava em muito os marcos teóricos de cartografia histórica anteriores. E boa parte deste movimento se deu através do History Cartography Project (HCP), de Harley e Woodward, sediado na Universidade de Chicago. O HCP trouxe a proposta de romper com uma história da cartografia eurocêntrica. E por este caminho incentivou estudos de “outras cartografias” (Gomes, 2004).

Esta nova abordagem considera que a cartografia material se dá também por expressões externas, porém na forma de “objetos de registro”. São entendidos nessa chave de leitura os registros em diferentes materia-

lidades, como as inscrições em rochas, seja na forma de pinturas ou grifos, que configuram formas estáticas; e tecidos, desenhos em diferentes superfícies (madeira, folhas, pedras pequenas.), formas e decorações cerâmicas, combinação de materiais (conchas, gravetos, cordas.), que seriam registros móveis, portáteis¹¹.

Tais categorias expressam as relações entre sujeitos e o espaço, constituindo-se em formas de cartografias, representando um espaço territorial. Elas podem se sobrepor, se manifestando de forma combinada, como quando um registro material é usado durante um ato performático.

A materialidade do registro tem potencial para acionar memórias espaciais ou reforçar vínculos entre território e identidade. Ademais, há outro aspecto importante destas cartografias que é a sua fluidez temporal. Todas estas formas de expressão nem sempre estão destinadas a imaginar ou registrar espaços do tempo presente. Em muitos casos são projeções de lugares e/ou eventos passados; ou ainda, de intenções ou expectativas futuras. Mapas, sejam eles mentais ou físicos, estáticos e portáteis, orais, gestuais ou de qualquer outra natureza, não são fotografias de um dado momento ou lugar. Por expressarem relações entre sujeitos e espaços, expressam também as relações entre sujeitos e tempo. É desta forma que muitos deles se constituem em narrativas, como se procurará demonstrar para o caso de mapas indígenas produzidos como resultado da experiência reducional dos Guarani.

Se vislumbramos uma cartografia elaborada por indígenas Guarani no século XVIII é porque a inserimos em um rol mais amplo, de uma cartografia indígena americana (Warhus, 1997). Importante pontuar o lugar da cartografia guarani neste conjunto heterogêneo de mapas indígenas. Nas áreas de maior densidade demográfica e onde verificamos uma grande diversidade de manifestações artísticas e que deixaram um número maior de registros. É o caso da mesoamérica e da região andina, com a larga tradição pictórica de sociedades complexas como Chavin de Huantar, Tiahuanaco, Chimú, Nazca, Huari e Incas (Andes); e Olmecas, Toltecas, Chichimecas, Maias e Astecas (Mesoamérica) (Gartner, 1988; Mundy, 1988).

De fato, são nestas “áreas nucleares” que há um número significativo de artefatos cartográficos vinculados à diversos contextos e motivações. O intercâmbio de informações é sempre uma via de mão dupla e, se o conhecimento geográfico nativo foi fundamental para a exploração e a representação espacial da América, também pode ter ensejado a apreensão do registro cartográfico europeu pelas sociedades nativas. As explorações

11 GOMES, op.cit, pp.03-05.

geográficas da América, incluídas as jesuíticas, contaram, invariavelmente, com a presença de guias e interpretes. Seu conhecimento está implícito nas rotas trilhadas, novas ou tradicionais, na toponímia em vozes indígenas, nas descrições da fauna, da flora e do mundo mineral americano (Chauca Tapia, 2015). Ainda que muitos mapas da América tenham sido elaborados em centros urbanos coloniais ou na Europa, outros devem ter sido produzidos em campo, na forma de croquis e esboços. Certamente, muitos indígenas participaram ativamente destes processos. Em alguns casos, podem ter sido inclusive incentivados a uma iniciação ao fazer cartográfico.

5 MAPAS DA “TERRA ADENTRO”

Se a escrita foi sendo apreendida gradualmente pelos guaranis a ponto de converter-se em um instrumento de suas práticas, o mesmo poderia ser pensado para as representações gráficas do espaço, mormente diante da grande produção cartográfica dos jesuítas. Lamentavelmente, os testemunhos de uma cartografia genuinamente elaborada pelos guaranis, são bem mais rarefeitos do que os mapas confeccionados pelos jesuítas. Felizmente ainda restam alguns exemplares que comprovam a habilidade cartográfica entre os guaranis. Sabemos que muitas das referências aos mapas feitos pelos indígenas, são na maioria das vezes informações mais textuais do que o próprio mapa. O padre Peramas indicava que o indígena Melchor, autor de uma história da redução de Corpus Christi:

“(...) habia enriquecido su obra con un mapa trabajado por él, en el que no estaban puestos los grados de longitud y latitud, que él desconocia, pero en el mismo estaban consignados en toda exactitud los montes, los arroyos y los rios, contenidos dentro de los lindes del pueblo.” (Peramas, 1946).

Nesse caso, infelizmente, nem o texto nem o mapa de Melchor foram dados a conhecer. No entanto, trabalhos recentes têm demonstrado que os Guaranis nas Reduções jesuíticas manusearam e copiaram mapas desde pelo menos as últimas décadas do século XVII. Há referências de mapas sendo apresentados por *cabildantes* de algumas Reduções em situações específicas, sobretudo relacionadas às reivindicações e pleitos sobre posse de terras.

Mesmo sem dispor de uma amostra expressiva de mapas aos quais se possa atribuir uma autoria, intervenção ou participação direta dos Guaranis, há indícios indiretos suficientes para corroborar a hipótese de que estiveram envolvidos por longo tempo, antes e depois da expulsão dos jesuítas. Os poucos mapas que se conservaram são resultado de uma prática

a qual Kazuhisa Takeda denomina de sistema de Arquivo (Takeda, 2021). Em 1748, um levantamento feito em Candelaria, Redução na qual residia o Padre Provincial, foi identificada uma gaveta do chamado Archivo Grande, na qual havia vários mapas de terras e rios feitos por padres e índios¹². Candelaria concentrava originais de cópias de diversos documentos, tais como termos de posse, processo de pleitos de terras, acordos de cessão de terras entre reduções. Em muitas destas juntadas de documentos havia mapas.

A julgar pelos mapas que chegaram até os dias atuais, relacionados aos processos citados, eram em sua maioria em grande escala. Cartografar áreas específicas, notadamente aquelas circunscritas aos temas que estavam sendo tratados. Esta é uma característica importante desta cartografia. Se tomarmos como parâmetro a coletânea de Guillermo Furlong, publicada em 1936, veremos que dos 51 mapas que ele apresenta cópias, 15 são mapas de grande escala, sendo que deste, ao menos 02 cremos que se inserem na cartografia indígena (Furlong, 1936). Desses 15 mapas, oito são de autoria de José Sánchez Labrador resultantes das expedições rumo à zona de Chiquitos e textos gerais sobre as missões.

Os demais são mapas em pequena escala, que cobrem vastas regiões da bacia Platina, do Chaco e dos Pampas ao sul de Buenos Aires. Assim é complicado afirmar que são todos os mapas manipulados por indígenas, principalmente após a expulsão dos jesuítas, ou que foram elaborados originalmente por padres, como afirmam Julio González (1941) e Norberto Levinton (2010). Razão pela que trabalhamos com a hipótese de que são mapas indígenas, e nos referimos a eles como mapas de “terra a dentro”. Mapas de zonas no interior do amplo território missioneiro. O litoral Atlântico, não faz parte desse horizonte cartográfico. Tampouco as vastidões do Gran Chaco e do Pantanal ao norte, ou dos Pampas para além da margem sul do rio da Prata. São mapas pontuais, que respondem a questões específicas, demonstrando o conhecimento que tinham da hidrografia, relevo, recursos naturais, caminhos, bem como a identificação de lugares onde outrora haviam se desenvolvido atividades econômicas (estâncias, ervais, rodeios, invernadas).

Há evidências físicas de mapas com as características aludidas acima. Nos inventários realizados por ocasião da expulsão dos jesuítas temos informações sobre a presença de mapas. Para San Cosme y Damian consta que o Padre Bartolome Piza entregou “un papel de arrendamiento de tierras pertenecientes al pueblo de Yuti que en calidad de tal tiene el de San Cosme y 3 recibos de lo que ha satisfecho”. Em Apóstoles constam “papeles del ar-

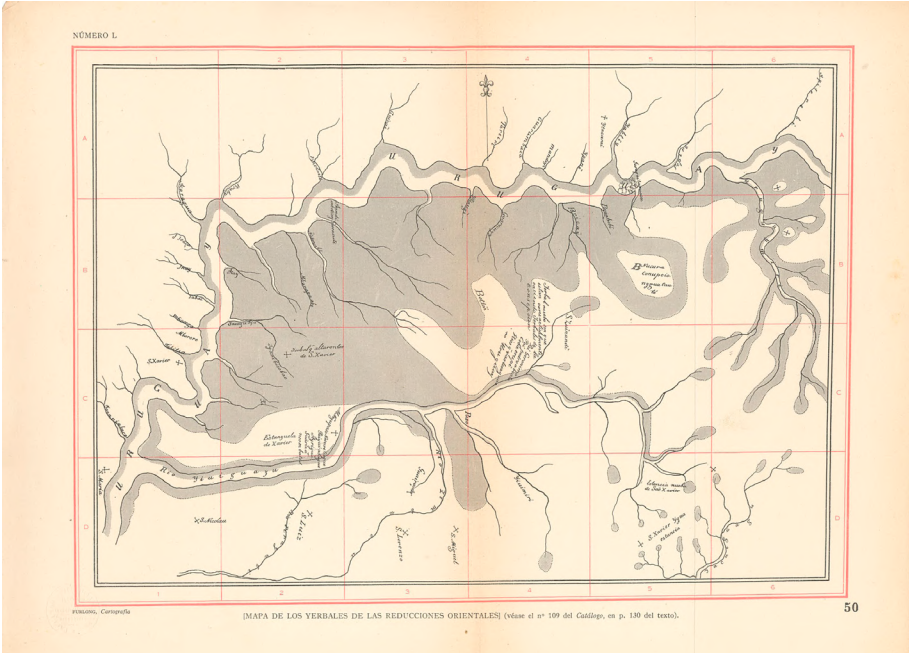
12 Índice histórico del Archivo Grande que está en el aposento del Padre Superior de las doctrinas acabado el año 1748. AGN, Sala 9, Leg.7-1-4.

chivo y cabildo y mapas de la estancia”. Na Redução de Concepción haveria o registro de três Estâncias sem ocupação “cuyos mapas y títulos de todas éstas están en el archivo con los mapas y títulos de todas las demás tierras de alrededor del pueblo”. E no arquivo dessa Redução estariam “los mapas de las tierras y jurisdiccion que le pertenece, con los títulos de su propiedad y otros papeles correspondientes al mismo cabildo”. Em São Borja se destaca a existência de Estâncias que se confirmava por “la noticia de los mismos indios y al mapa particular de este pueblo, que se halla en el archivo del Padre superior”. Em São José foram encontrados “títulos y planos duplicados del territorio que comprende su jurisdiccion” (Brabo, 1872:34-35).

Todos estes mapas citados acima permitem, no mínimo, duas assertivas. A primeira, de que havia um sistema de arquivos, como esboçado por Takeda, que combinava o Arquivo Grande em Candelária com os arquivos locais dos Cabildos de cada povoado. A segunda, de que os Guarani nas Reduções tinham um contato frequente com mapas que representavam às áreas que consideravam como pertencentes a cada povoado durante a época em que estiveram sob a tutela dos missionários jesuítas. É de se supor que muitos destes mapas locais foram feitos pelos próprios Guarani, ou ao menos com sua estrita participação, dado que possuíam o conhecimento detalhado do território, fundamental para os registros cartográficos que envolviam direitos e pleitos com terceiros.

Um exemplo é o Mapa de los yerbales de las reducciones orientales (Fig. 01). Publicado por Guillermo Furlong em 1936, o original está desaparecido. André Soares Anzolin demonstrou que esse mapa foi parte de um pleito entre as Reduções de San Francisco Javier e La Concepción. Todas as informações contidas no mapa condizem com um conhecimento do território que os Guarani possuíam, além da inserção de termos no idioma Guarani não apenas como toponímia (ANZOLIN, 2021). Esse processo se deu no final do século XVIII, portanto quando os jesuítas ainda estavam convivendo com os Guarani.

Figura 1 - Mapa Mapa de los Yerbales de la Reduccionen orientales



No caso de um mapa da Redução de Jesus. Um fragmento do mapa foi publicado por Furlong em 1936 e denominado como *Mapa Compuesto por un indio guaraní y en que se consignan las estancias de algunas reducciones* (FURLONG, 1936:42-43). Furlong atribui a autoria à um indígena. Contudo, em 2005 uma versão ampliada do mapa foi dada a conhecer. Pertencia à particulares na Argentina e foi publicada por De Masy e Levinton (2010).

A versão ampliada (Fig. 02) incluiu informações que permitem ver o uso do mapa como uma memória e uma organização do território da Redução de Jesus. A referência ao Pueblo franciscano de Yuti remete, segundo De Masy e Levinton a um processo de disputa por um erval nativo entre esse Pueblo e a Redução de Jesus. Concluem os autores portanto que “...la lechura del mapa corresponde indudablemente a 1765. Pero eso no quita que se haya basado en piezas caratográficas más antiguas¹³.”

Assim, os autores creditam o mapa a uma autoria jesuítica. Porém, outro mapa do mesmo território da Redução de Jesus e datado de 1766 é claramente jesuítico (Fig. 03) e difere em absoluto do mapa analisado por De Masy e Levinton¹⁴. Consideramos que a possibilidade de o mapa ser de autoria indígena não pode ser descartada.

13 De MASY e LEVINTON, 2010. p. 53.

14 Este mapa é parte do acervo do Museo de Farmacobotánica Juan A. Dominguez - Facultad de Farmacia y Bioquímica, Universidad de Buenos Aires. Colección Bonpland.

Figura 2 - Mapa do Pueblo de Jesus

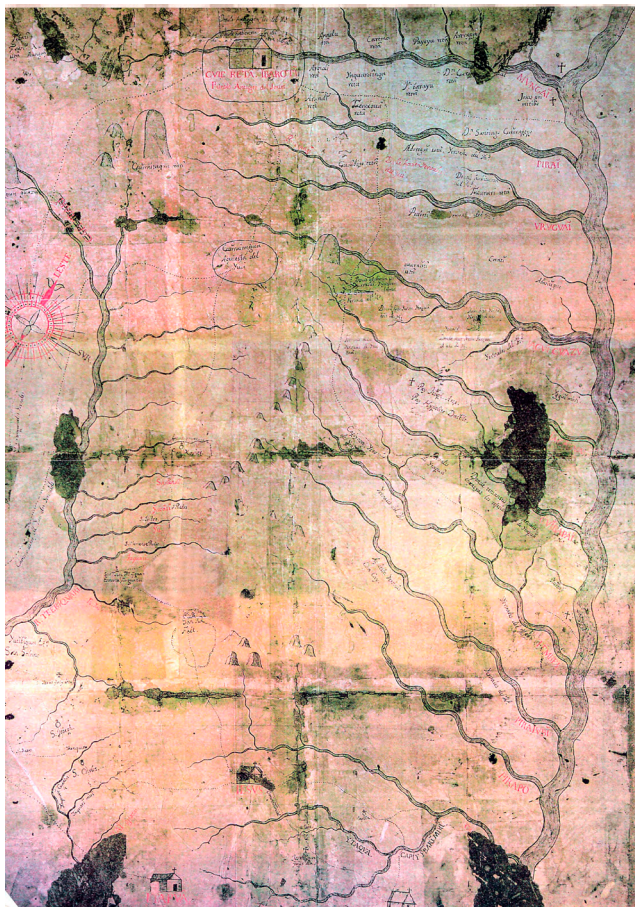


Figura 3 - Mapa de los yerbales del Pueblo de Jesus 1766



Após a saída dos jesuítas, em 1768, nem a escrita nem a cartografia foram abandonadas pelos Guaraní. Colocados diante da realidade de que não havia mais a intermediação dos religiosos com as autoridades coloniais, os Guaranis se viram de uma hora para outra como habitantes de *Pueblos* de Índios, para os quais foram nomeados administradores e que passaram a ter uma vida civil e política totalmente autônoma em relação às demais antigas Reduções. Nesse novo contexto, todas as práticas anteriores que garantiam os direitos sobre as terras sempre através da gestão jesuítica, ainda que com a ativa participação dos *Cabildos* indígenas, deixaram de existir. Os pleitos entre Reduções por áreas de pastagens e extração de erva-mate, tão comuns no período jesuítico, foram incrementados por disputas com colonos criollos que pretendiam apropriar-se de terras e recursos. Em diversas situações foram encontrados documentos e mapas que ainda constavam nos arquivos locais que serviram de instrumentos probatórios junto às autoridades legais. Na *Memoria de los Títulos, pertenencias de Tierras, Pleitos, y otros Papeles correspondientes a estos pueblos que quedan en el Archivo de esta Capital*, documento de 1784, há menção a oito mapas: “un mapa de las tierras del Pueblo de Martires”, “dos mapas de las tierras del Pueblo de San Carlos”, “un pedazo de mapa de las tierras de los Pueblos del Uruguay”, “mapa de San Ignacio Mini”, “títulos de los Ierbales del Pueblo de San Borja

en el rincón del Icabacua con un mapa del Terreno”, “otro mapa viejo de los hierbales de San Borja con explicacion de el”, “un mapa en pergamino de las tierras de Yapeyu y La Cruz¹⁵”.

De modo geral o foco desses mapas indígenas, pelo menos aqueles que apresentam indícios nesse sentido, tem sua perspectiva direcionada mais ao território, a uma área que expressa seu domínio, algo que poderíamos definir como território. Algumas dessas evidências, para além da toponímia e da hidronímia, são a ênfase nas nascentes dos rios e o domínio das bacias hidrográficas do terreno representado. Outro detalhe digno de nota e revelador da perspectiva indígena, de um território pensado a partir de dentro (da “tierra adentro”) é que não há menção ou referência ao litoral marítimo. Em resumo: o oceano não faz parte das balizas geográficas na orientação cartográfica indígena. Estes mapas registram os domínios territoriais de uma população que reelaborou seu “ñande reko” ajustado aos parâmetros coloniais, que demandava um saber gráfico para atestar sua precedência em relação a estas terras.

Podemos perceber que os mapas elaborados por indígenas registravam seus domínios, limites, terras de pastagens, ervais, áreas de cultivos, capelas que remanesciam em seus territórios, etc. A conservação destes mapas, e eventualmente a produção de novos ou a alteração de alguns através de inserção de novas informações sob base anterior, confirmam o uso prático e pragmático desta cartografia pelos Guarani. Por suas características e por seu uso prolongado por mais de um século podemos dizer que acabou se constituindo uma cartografia indígena missioneira. Dado que nelas conviveram guaranis e missionários, e que ambos aportaram saberes para que os registros gráficos fossem realizados. Entende-se que o conceito de “documento missioneiro” se aplica ao gestado e produzido no contexto das missões. Com base nessa experiência, tem-se os documentos produzidos após a saída dos padres. Assim, não se reduzem à documentos de uma autoria híbrida, de padres e indígenas, mas algo relacionado com esse ambiente missioneiro, mesmo após a saída dos jesuítas. Um conhecimento gestado no âmbito reducional.

6 MAPAS, AUTONOMIA, TERRITÓRIO E MEMÓRIA

Em 1752 iniciaram-se os trabalhos das Comissões Demarcadoras do Tratado de Madri. A busca obstinada dos demarcadores por informações topográficas - para definir às coordenadas geográficas e conhecer a hidrogra-

15 Memoria de los Titulos, pertenencias de Tierras, Pleitos, y otros Papeles correspondientes a estos pueblos que quedan en el Archivo de esta Capital. AGN, Sala IX, 22- 02-07.

fia do território -, incrementaram em uma parte da população missioneira o interesse em produzir mapas demarcando seus recursos e limites em uma região que estava em disputa pelas monarquias ibéricas. Ao conviverem com a presença de cartógrafos e engenheiros militares ibéricos, os indígenas que receberam instrução alfabética perceberam ainda mais o poder atribuído aos mapas. A cartografia se apresentava naquele contexto como um importante instrumento para legitimar e comprovar um *dominium*.

Esta conjuntura proporcionou as condições para eles experimentarem novas modalidades de registro do espaço que construíram e seguiram habitando, mas ameaçados pelas constantes negociações entre os monarcas Ibéricos. As trajetórias de guaranis cuja habilidade com a escrita lhes conferiu uma inserção distintiva no contexto pós-jesuítico se dá no mesmo ambiente em que a produção de mapas locais cresce em importância. A demarcação de limites, o convívio com cartógrafos como José Custódio Sá e Faria, Miguel Ângelo Blasco, Manuel Leão e outros, e engenheiros militares obstinados em esquadrinhar região implicada na permuta, em muito contribuiu para amplificar nos indígenas o interesse por essa forma de registro gráfico.

Sabemos que à época da definição dos novos limites territoriais, a elaboração de mapas contou com a colaboração de Práticos indígenas, conhecedores *in situ* da geografia local. Mapas que requerem os saberes dos guaranis nessa tarefa de desenhar o território a ser demarcado pelas monarquias ibéricas. Ao mesmo tempo, premidos pela obrigatoriedade da execução do Tratado, os jesuítas também elaboraram mapas como forma de afirmar a territorialidade das Reduções dos Guaraní. É desse contexto um singular mapa atribuído ao padre Tadeu Hen¹⁶is.

Uma cópia espanhola desse mapa era já conhecida, pois integra o acervo do Arquivo Histórico Nacional da Espanha (Madrid). Contudo, em 2018 o mapa original foi adquirido pela John Carter Brown Library¹⁷. Tanto o original quanto a cópia apresentam expressões em Guaraní que não se limitam à toponímia. Há referências a acontecimentos da rebelião dos Guaraní contra o Tratado de Madri (a Guerra Guaranítica) e a indicação de ao menos oito lugares em que estiveram Reduções do século XVII, entre 1626 e 1640. Este último aspecto é o indício do uso do mapa como um elemento da memória espacial Guaraní. Uma espécie de reivindicação de ancestralidade territorial demarcada pelo uso do termo “tetângue”, que pode ser traduzido como “lugar que foi de...” (Furtado e Barcelos, 2024).

16 A grafia do nome do padre Henis varia de acordo com as fontes. Preferimos adotar Tadeu Henis. Mas há Thadeu Enis e Tadeu Enis em alguns registros.

17 Disponível em <https://archive.org/details/terrariumsmichaelounse>. Acesso em jan/2026

Figura 4 - Mapa Terrarum S. Michaelis oppidi America Meridionalis



No mapa abaixo (Fig. 05) tem-se os locais assinalados como Jesus Maria tetângue, San Christoval tetângue, Santa Anna tetângue e Natividad tetângue. Todas foram núcleos de Reduções do século XVII, sendo representadas em mapas do século XVIII. Estes e outros elementos do mapa e sua cópia permitiram identificar uma coautoria entre o padre Henis e os Guarani.

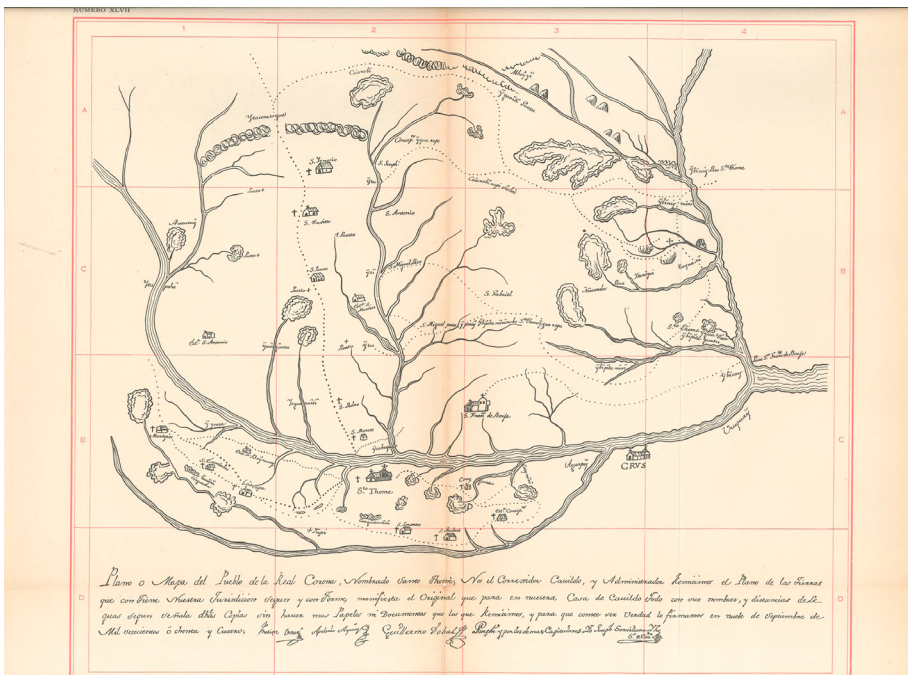
**Figura 5 - Detalhe do Mapa Terrarum S. Michalis onde figuram
quatro tetângue de Reduções do século XVIII**



Entre 1768 e os primeiros anos do século XIX as Reduções existiram como Pueblos de Indios, administrados por seus Cabildos indígenas e um Administrador nomeado pelos governadores de Buenos Aires e do Paraguai. Seu amplo território anterior à expulsão dos jesuítas foi sendo fragmentado e apropriado por colonos hispano-americanos e luso-brasileiros. Além de terem suas terras paulatinamente expropriadas, ocorreram conflitos entre os próprios povoados de guaranis e entre estes e brancos e mestiços por terras e ervais nativos. Os pleitos e os reordenamentos políticos provocaram processos nos quais os mapas passaram a desempenhar um papel de comprovação de direitos sobre a terra e seus recursos. Estes mapas foram produzidos exatamente em um momento em que estas coletividades exerciam práticas de um autogoverno e estavam se emancipando da tutela dos jesuítas.

O mapa reproduzido abaixo, foi elaborado pelos cabildantes de Santo Thomé, no ano de 1784. O mesmo configura um exemplo elucidativo da complementaridade da escrita e da cartografia. Nessa representação se pode perceber como estas duas formas de expressão gráfica estão conjugadas. No mapa a gravura e a legenda fazem parte da mesma estratégia acionada para definir um domínio territorial. Um espaço traduzido no papel. Enfim, uma representação em miniatura de um território secular. Diante dos exemplos ora comentados, resta abordar as premissas que faltaram aos guaranis, as condições e conhecimentos necessários para confeccionar mapas.

Figura 6 - Plano o mapa del Pueblo de la Real Corona de nombrado Santo Thomé, 1784



O ano de 1784 é um momento de uma qualificada produção cartográfica por parte dos indígenas missioneiros. Além do mapa de Santo Thomé, dispomos também de dois mapas elaborados pelos Guaraní do Pueblo de La Cruz (BARCELOS, 2022). A análise conjunta dessas duas cartografias permite dimensionar as principais questões que permeiam as preocupações dos habitantes e o seu destino enquanto coletividade. Em 1784 o Vice-Rei Vértiz y Salcedo aplica a *Real Ordenanza de Intendentes. Tal Ordenanza* estabelece a criação de Intendências, de modo que os Departamentos de

Yapeyú, San Miguel e Concepción ficam a cargo de Buenos Aires, e Candelária e Santiago com a do Paraguai. No entanto, a nova organização parece ter trazido mais confusão e disputas por jurisdição entre o Governador, Tenentes, Intendentes e o Administrador Geral das Missões (Maeder, 1992: 30-33).

É nesse contexto de reorganização política que os Pueblos apresentam seus documentos probatórios de territórios. La Cruz agregou dois mapas ao conjunto documental. Um geral, que contém toda a área reivindicada como pertencente ao Pueblo e outro de um rincão (*rincón*) localizado há mais de 200 quilômetros do núcleo urbano e fora da área do mapa geral. Ambos contêm informações em Guaraní, mormente o segundo, que informa em seu verso que “*Este papel denota las dos baquerias que hizieron los naturales deste Pueblo [...] en tempo de los expulsos[...]*”. Ambos os mapas foram assinados pelos caciques do Cabildo de La Cruz.

Figura 7 - Mapa del Pueblo de Nuestra Señora de La Concepción de La Cruz, 1784



Figura 8 - Mapa do Rincón do Pueblo de La Cruz, 1784

Outro exemplo da cartografia produzida pelos indígenas após a expulsão dos jesuítas é o *mapa do Herbal del Pueblo de Loreto*, de 1773. Ele compõe um processo de litígio entre o Pueblo de Loreto e *criollos* por uma área que formava um rincão na confluência dos rios Acaray e Paraná. No canto superior direito há um texto em espanhol que explica que o erval pertencia anteriormente a caciques do Pueblo de Corpus. Porém, a área cartografada propriamente dita contém apenas expressões em Guaraní. Destaque para Caray corague e Caray roque, que significam “Curral que foi dos carai (brancos)” e “Lugar que foi dos carai”. O mapa indica espacialidades do passado, implicando em uma outra interpretação das relações com o espaço e o tempo para os Guaraní, fruto da longa convivência de um século e meio com os jesuítas.

Figura 9 - Mapa del herbal del Pueblo de Loreto, 1773



Figura 10 - Detalhe com expressões em guarani



CONCLUSÃO

A expulsão dos missionários decretada em 1767 provocou uma drástica alteração em uma situação que já não contava com a mesma estabilidade vivida antes de 1750. Colocados sob a administração direta espanhola, os Guarani se viram diante da necessidade de fazer a gestão de seus povoados e de suas demandas diretamente com as autoridades coloniais. Após a expulsão dos jesuítas é que constatamos uma profusão de registros escritos, agora também em espanhol, e o aparecimento de novos mapas, muito provavelmente constituídos sem ter como base um original elaborado antes da expulsão dos jesuítas. A condição de, pela primeira vez, apresentar queixas ou defesas relativas aos seus territórios sem o arbítrio da Companhia de Jesus fez com que os Guarani demonstrassem seu profundo conhecimento do espaço que as gerações anteriores haviam constituído. Esta época também foi caracterizada pela oportunidade de fixar através de desenhos, de esquemas gráficos a memória territorial por meio dessas narrativas cartográficas. Interpretaram as referências aos eventos, instalações e ocupações pretéritas em determinados pontos dos mapas apresentados pelos *Cabildos* em mais de uma ocasião.

Há uma significativa mudança na relação dos Guarani com o espaço físico e suas modalidades de representação. Uma sociedade que desconhecia a cartografia tal como a desenvolvida no velho mundo, que passou a utilizar algumas dessas convenções para registrar o espaço missioneiro construído nos séculos XVII e XVIII. Esta habilidade foi favorecida pela transmutação do grafismo à razão gráfica, expressando tanto o seu aprendizado da escrita como o domínio da representação cartográfica. E este convívio com o mundo dos papéis implicou também em outra forma de fixação da memória. A memória demanda suportes, e uma destas materialidades que serviu para registrar estas camadas de lembranças foram os mapas, que conjugavam a escrita e a produção cartográfica. Alguns confeccionados a base de tinta, papel e pena, outros contaram com materiais mais diversificados e refinados, como as cores, que permitiram agregar a policromia aos planos desenhados através da ótica indígena desta região.

A prática da escrita e o manuseio de mapas pelos habitantes das reduções, e seu incremento depois da saída dos jesuítas, aponta para um processo de busca por autonomia através de tecnologias trazidas pelos europeus. A apropriação e uso pragmático, combinadas com uma habilidade desenvolvida ao longo de décadas, resultou em algo inédito, quando comparado aos outros grupos indígenas evangelizados pelos jesuítas na América.

Enfim, foi o domínio da tecnologia gráfica, em todas às suas dimensões, que permitiu aos indígenas das reduções cartografar e registrarem as

suas próprias concepções e percepções das terras que ocupavam. Textos e representações do espaço geográfico são elaborados de maneira autônoma, sem a interferência de intermediários, com a finalidade de registrarem a perspectiva construída pelos próprios guaranis, materializando em papel e tinta o conhecimento elaborado a respeito deste espaço ancestral.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Dulce. A cartografia a serviço do imaginário no tempo e no espaço. *Revista Espaço e Geografia*, Brasília, v. 2, n. 1, 1999.
- ANZOLIN, André S. “Señores legítimos”: territorialização e disputas por terras nas reduções do Paraguai. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- BARCELOS, Artur H. F. El saber cartográfico indígena entre los guaraníes de las misiones jesuíticas. In: WILDE, Guillermo (org.). *Saberes de la conversión: jesuitas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la cristianidad*. Buenos Aires: SB, 2011. p. 191-204.
- BARCELOS, Artur Henrique Franco. O espaço indígena: *Mapa del Pueblo de Nuestra Señora de la Concepción de la Cruz*, 1784. In: DORÉ, Andréa; FURTADO, Junia Ferreira (org.). *História do Brasil em 25 mapas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. v. 1, p. 134-148.
- BOIDIN, Capucine; NEUMANN, Eduardo. A escrita política e o pensamento dos Guarani em tempos de autogoverno (c. 1753). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 97-118, 2017.
- BRABO, Francisco Javier. *Inventarios de la expulsión de los jesuitas y ocupación de sus temporalidades por decreto de Carlos III*. Madrid, 1872. p. 34-35.
- CARBONELL DE MASY, Rafael; LEVINTON, Norberto. *Un pueblo llamado Jesús*. [S.l.]: Fundación Pacuaria – Misionsprokur S.J., 2010.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (org.). *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Gedisa, 1999.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los siglos de oro*. Madrid: Akal, 2006.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Grafias no cotidiano: escrita e sociedade na História (séculos XVI a XX)*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Niterói: EDUFF, 2020.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAUCA TAPIA, Roberto. Contribución indígena a la cartografía del Alto Ucayali a fines del siglo XVII. *Bulletin de l’Institut Français d’Études And-*

- nes, Lima, v. 44, n. 1, p. 117-138, 2015.
- FURLONG, Guillermo. *Cartografía jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1936.
- FURTADO, Junia; BARCELOS, Artur H. F. Maps and war: the production, circulation and appropriation of the *Terrarum S. Michaelis*, a Jesuit missionary map. *The International Journal for the History of Cartography*, v. 76, 2024.
- FURTADO, Junia; BARCELOS, Artur H. F. O *Terrarum S. Michaelis* do padre Tadeu Henis: um mapa missioneiro e seus cartógrafos guarani. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. 32, 2024.
- GARTNER, William G. Mapmaking in the Central Andes. In: WOODWARD, David; LEWIS, Malcolm (ed.). *The history of cartography*. Chicago: University of Chicago Press, 1988. v. 2, book 3, p. 183-256.
- GOLIM, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.
- GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 16, p. 67-79, 2004.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HARLEY, J. B. The map and the development of the history of cartography. In: HARLEY, J. B.; WOODWARD, David (ed.). *The history of cartography*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gili, 1913. 2 v.
- MAEDER, Ernesto J. A. *Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- MAURER, Rodrigo Ferreira. Entre o desejo de expansão e os litígios pueblerinos: a província do Paraguai como paradigma do conflito. *Estudios Históricos*, Rivera, v. 6, 2014.
- MATEOS, Francisco. Cartas de indios cristianos del Paraguay. *Missionalia Hispanica*, Madrid, v. 6, n. 16, p. 459-504, 1949.
- MELIÁ, Bartomeu. *La lengua guaraní del Paraguay: historia, sociedad y literatura*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- MUNDY, Barbara E. Mesoamerican cartography. In: WOODWARD, David; LEWIS, Malcolm (ed.). *The history of cartography*. Chicago: University of

- Chicago Press, 1988. v. 2, book 3, p. 257-300.
- NEUMANN, Eduardo S. *Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- NEUMANN, Eduardo. *Letra de índios: cultura escrita, comunicação e memória indígena nas reduções do Paraguai*. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2015.
- PADRÓN, Ricardo. Las Indias olvidadas: Filipinas y América en la cartografía imperial española. *Terra Brasilis* (Nova Série), n. 4, 2015.
- PERAMAS, José Manuel. *La República de Platón y los Guaraníes*. Tradução e notas de Juan Cortés del Pino. Buenos Aires: Emecé, 1946.
- RIBEIRO, Max Roberto P. “A terra natural desta nação guarani”: identidade, memória e reprodução social no Vale do Jacuí (1750-1801). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.
- SANTOS, Julio Ricardo Quevedo. *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*. Bauru: EDUSC, 2000.
- SEPP, Antonio. *Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- TAKEDA, Kazuhisa. Indigenous knowledge of land use and storage practices of historical documents in the Jesuit-Guaraní Missions of Colonial South America. In: DIERKSMEIER, L.; FECHNER, F.; TAKEDA, K. (org.). *Indigenous knowledge as a resource*. Tübingen: Tübingen University Press, 2021. p. 147-164.
- VILLAGRA-BATOUX, Delicia. *El guaraní paraguayo: de la oralidad a la lengua literaria*. Asunción: Expolibro, 2002.
- WARHUS, Mark. *Another America: Native American maps and the history of our land*. New York: St. Martin's Press, 1997.
- WILDE, Guillermo. *Religión y Poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires. Editorial SB, 2009.

Recebido em: 09/02/2026

Aceito em: 21/05/2026